



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

221  
M

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0013602-59.2013.8.17.0000 (0322570-7)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DO RECIFE

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - COMPETÊNCIA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA FIXADA EM RAZÃO DA PESSOA (*RATIONAE PERSONAE*) - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 79, DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (LCE N. 100/2007) - AÇÃO AJUIZADA POR PESSOA FÍSICA EM FACE DE CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - AUSÊNCIA DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU DE EMPRESA PÚBLICA EM UM DOS POLOS DA DEMANDA - VARA CÍVEL COMPETENTE PARA APRECIAR O FEITO, A TEOR DO ART. 78 DA LC Nº 100/2007 - CONFLITO DE NEGATIVO DE COMPETÊNCIA JULGADO IMPROCEDENTE - DECISÃO UNÂNIME.

I - A Corte de Uniformização da Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional-STJ já assentou que: *"competete à Justiça Comum Estadual apreciar e julgar os feitos referentes aos agentes de cartórios extrajudiciais que não tenham optado pelo regime celetista, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei 8.935/1994."* (AgRg no AREsp 235078 / SP, Relator: Ministro Herman Benjamin, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data do Julgamento: 20/11/2012, Data da Publicação/Fonte: DJe 18/12/2012.), de sorte que se afigura escorreita a decisão da Justiça do Trabalho que declinou de sua competência para julgar o presente feito.

II - Nos termos do art. 79, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (LCE N. 100/2007), a competência do Juízo Fazendário é fixado em razão da pessoa (*rationae personae*). Destarte, as Varas da Fazenda Pública são competentes para processar feitos em que figure como partes Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Empresas Públicas.

III - Segundo o c. Superior Tribunal de Justiça *"Os cartórios ou serventias não possuem legitimidade para figurar no pólo passivo de demanda indenizatória, pois são desprovidos de personalidade jurídica e judiciária, representando, apenas, o espaço físico onde é exercida a função pública delegada consistente na atividade notarial ou registral."* (REsp 1177372/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/02/2012).

IV- Nessa contextura, figurando na ação, de um lado, Pessoa Física e, de outro, Cartório Extrajudicial, não há que se falar na existência de Pessoa Jurídica de Direito Público ou mesmo Empresa Pública apta atribuir a competência à Vara da Fazenda Pública para o julgamento do feito.

V - Afastada a competência da Vara Especializada, deve a ação ser processada e julgada na Vara Cível comum, a teor do disposto no art. 78, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (LCE N. 100/2007).

VI - Conflito negativo julgado improcedente, declarando-se competente o Suscitante, Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife - PE, para processar e julgar o feito.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO  
ACÓRDÃO

222  
M

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em julgar improcedente o Conflito de Competência, declarando a competência do Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife - PE para processar e julgar o feito, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

223  
M

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0013602-59.2013.8.17.0000 (0322570-7)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DO RECIFE

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Cuida-se de Conflito Negativo de Competência suscitado pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife em face do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

2. Originariamente, Maria Ivanete Silva Marinho ajuizou uma Reclamação Trabalhista, perante a Justiça do Trabalho, em face do Quinto Tabelionato de Notas da Capital - Cartório Arnaldo Maciel, postulando verbas de natureza trabalhistas insertas na CLT.

A Justiça laboral, por sua vez, declinou da competência para apreciar o feito, por depreender que o regime jurídico a que estava submetido a obreira não era o celetista e, por conseguinte, determinou a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual.

3. Em seguida, os autos foram distribuídos ao Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife, que entendeu não ser competente para processar o feito, razão pela qual determinou a sua redistribuição a uma das Varas da Fazenda Pública.

4. Redistribuída a ação, o Magistrado da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife, reconhecendo a sua incompetência para apreciar o pedido autoral, determinou o retorno dos autos ao Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife (v. fl.289).

5. Irresignado, o Togado Singular da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife suscitou o conflito negativo de competência (v. fls. 294/294v).

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o desate da controvérsia.

O feito independe de inclusão em pauta (v. art. 85, alínea i, do RITJPE<sup>1</sup>).

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator

<sup>1</sup> Art. 85. Independem de inclusão em pauta para julgamento:  
(...)

i) os conflitos de atribuições, de competência ou de jurisdição;



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

224  
M

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0013602-59.2013.8.17.0000 (0322570-7)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA  
COMARCA DO RECIFE

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - COMPETÊNCIA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA FIXADA EM RAZÃO DA PESSOA (*RATIONAE PERSONAE*) - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 79, DO CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (LCE N. 100/2007) - AÇÃO AJUIZADA POR PESSOA FÍSICA EM FACE DE CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - AUSÊNCIA DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU DE EMPRESA PÚBLICA EM UM DOS POLOS DA DEMANDA - VARA CÍVEL COMPETENTE PARA APRECIAR O FEITO, A TEOR DO ART. 78 DA LC Nº 100/2007 - CONFLITO DE NEGATIVO DE COMPETÊNCIA JULGADO IMPROCEDENTE - DECISÃO UNÂNIME.

I - A Corte de Uniformização da Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional-STJ já assentou que: *"compete à Justiça Comum Estadual apreciar e julgar os feitos referentes aos agentes de cartórios extrajudiciais que não tenham optado pelo regime celetista, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei 8.935/1994."* (AgRg no AREsp 235078 / SP, Relator: Ministro Herman Benjamin, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data do Julgamento: 20/11/2012, Data da Publicação/Fonte: DJe 18/12/2012.), de sorte que se afigura escorreita a decisão da Justiça do Trabalho que declinou de sua competência para julgar o presente feito.

II - Nos termos do art. 79, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (LCE N. 100/2007), a competência do Juízo Fazendário é fixado em razão da pessoa (*rationae personae*). Destarte, as Varas da Fazenda Pública são competentes para processar feitos em que figure como partes Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Empresas Públicas.

III - Segundo o c. Superior Tribunal de Justiça *"Os cartórios ou serventias não possuem legitimidade para figurar no pólo passivo de demanda indenizatória, pois são desprovidos de personalidade jurídica e judiciária, representando, apenas, o espaço físico onde é exercida a função pública delegada consistente na atividade notarial ou registral."* (REsp 1177372/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/02/2012).

IV- Nessa contextura, figurando na ação, de um lado, Pessoa Física e, de outro, Cartório Extrajudicial, não há que se falar na existência de Pessoa Jurídica de Direito Público ou mesmo Empresa Pública apta atribuir a competência à Vara da Fazenda Pública para o julgamento do feito.

V - Afastada a competência da Vara Especializada, deve a ação ser processada e julgada na Vara Cível comum, a teor do disposto no art. 78, do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (LCE N. 100/2007).



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

VI - Conflito negativo julgado improcedente, declarando-se competente o Suscitante, Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife - PE, para processar e julgar o feito.

Vistos e examinados etc.

1. De proêmio, insta ressaltar o acerto da decisão do e. Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região ao declinar de sua competência para apreciar a presente demanda.

Com efeito, consoante pode ser observado do arcabouço probatório acostado aos autos, a parte Autora foi aprovada em concurso público e, em 13.04.1981, foi nomeada para exercer o cargo de Escrevente, do 2º Cartório de Notas e Escrivânia, da comarca de Gravatá (v. fl. 21). Em 02.07.1982, foi removida, a pedido, para exercer idênticas funções junto ao Quinto Tabelionato de Notas da Capital.

A Lei 8.935/1994, que Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos Cartórios), estabeleceu, em seu art. 48, uma regra de transição para disciplinar os escreventes que até então exerciam suas funções nos cartórios sob o regime estatutário ou especial. Vejamos:

Art. 48. Os notários e os oficiais de registro poderão contratar, segundo a legislação trabalhista, seus atuais escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial desde que estes aceitem a transformação de seu regime jurídico, em opção expressa, no prazo improrrogável de trinta dias, contados da publicação desta lei.

§ 1º Ocorrendo opção, o tempo de serviço prestado será integralmente considerado, para todos os efeitos de direito.

§ 2º Não ocorrendo opção, os escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial continuarão regidos pelas normas aplicáveis aos funcionários públicos ou pelas editadas pelo Tribunal de Justiça respectivo, vedadas novas admissões por qualquer desses regimes, a partir da publicação desta lei.

Nesse ser assim, nos termos do art. 48, §2º da Lei 8.935/94, caso o escrevente ou auxiliar de investidura estatutária ou em regime especial não optasse pelo regime celetista, no prazo legal, continuariam sendo regidos pelas normas aplicáveis aos funcionários públicos ou pelas editadas pelo Tribunal de Justiça respectivo.

Na espécie, inexistente nos autos documento que demonstre a opção da parte Autora pelo regime celetista, permanecendo ela submetida ao regime estatutário, o que atrai a competência da Justiça Comum Estadual para apreciar o feito, consoante se infere do seguinte escólio do c. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA DEMISSÃO DE ESCRIVENTE DE CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL. OFENSA AOS ARTS. 20 E 21 DA LEI 8.935/1994. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. SERVIDOR NÃO OPTANTE PELO REGIME CELETISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

226  
M

(...)

3. Consoante a jurisprudência do STJ, compete à Justiça Comum Estadual apreciar e julgar os feitos referentes aos agentes de cartórios extrajudiciais que não tenham optado pelo regime celetista, nos termos do § 2º do art. 48 da Lei 8.935/1994.

(...)

5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 235078 / SP, Relator: Ministro Herman Benjamin, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data do Julgamento: 20/11/2012, Data da Publicação/Fonte: DJe 18/12/2012.) (original sem os grifos)

Impende ainda destacar que, o fato de a parte autora ser remunerada pelo Titular do Cartório não elide a sua condição de estar submetida ao regime estatutário.

Nesse sentido, confira- o seguinte aresto deste e. Tribunal de Justiça:

Administrativo. Recurso contra decisão do Conselho da Magistratura que assegurou à servidora admitida mediante concurso público e não optante, o direito de reassumir imediatamente a função de Escrevente do Cartório de Notas e Registros Públicos da Comarca de Saloá - Preliminar de ocorrência de prescrição com base no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal. Não acolhimento. Alegação de que cabe ao Tribunal de Justiça a tarefa de reintegrá-la na função. Improcedência. A prescrição de que cuida o art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, diz respeito à ação judicial (trabalhista) para o recebimento de créditos decorrentes das relações de trabalho, não se adequando aos casos em que se discute o direito do servidor público de reassumir suas funções. A Lei Federal nº 8.935/94 permite aos delegados dos serviços notariais e de registros, a contratação de escreventes para auxiliá-los, sob o regime celetista, porém tal prerrogativa não elide o direito dos antigos escreventes admitidos por concurso público e que não optaram pelo regime da CLT, de continuarem exercendo as suas funções junto a esses serviços, assim como não desobriga o tabelião ou registrador da responsabilidade de remunerá-los. Somente o ente público ao qual está vinculada a servidora (no caso, o Tribunal de Justiça de Pernambuco) poderá modificar a sua situação funcional original, por força de lei ou ato administrativo. (Recurso contra decisão do Conselho da Magistratura Nº 105481-7, Órgão Julgador: Corte Especial, Relator: Des. Og Fernandes, Data do Julgamento: 25 de abril de 2005.) (original sem os grifos)

Dito isso, passo à analisar qual o Juízo competente, no âmbito da Justiça Estadual, para apreciar a controvérsia.

2. O Código de Organização Judiciária - COJE/PE (Lei Complementar n. 100/2007) define a competência das Varas da Fazenda Público do Estado de Pernambuco, especificamente em seu artigo 79. É como se lê:

Art. 79. Compete ao Juízo de Vara da Fazenda Pública:

I - processar, julgar e executar as ações, contenciosas ou não, principais, acessórias e seus incidentes, em que o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público forem



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

22x  
M

interessados na condição de autor, réu, assistente ou oponente, excetuadas as de falências e recuperação de empresas e as de acidentes do trabalho;

II - processar e julgar os mandados de segurança, os habeas data, os mandados de injunção e ações populares contra autoridades estaduais e municipais, respeitada a competência originária do Tribunal de Justiça;

III - conhecer e decidir as justificações destinadas a servir de prova junto ao Estado Federado ou ao Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público.

Destarte, nos termos do dispositivo legal supra transcrito, a competência do Juízo Fazendário é fixado em razão da pessoa (*rationae personae*), de sorte que as Varas da Fazenda Pública são competentes para processar feitos em que figure como partes Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Empresas Públicas.

Em igual diretriz, colham-se os seguintes arestos deste e. Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. SUSCITAÇÃO REJEITADA. DECISÃO UNÂNIME. 1.A jurisprudência desta Corte Local de Justiça já pacificou entendimento no sentido de fixar a competência da Vara da Fazenda Pública para julgar ações em que se discute o pagamento do apenado pelo trabalho prestado durante o cumprimento de pena criminal. 2.Conforme disposto no art. 79 do Código de Organização Judiciária desta Corte, as Varas da Fazenda Pública são competentes para processar feitos em que figure como partes pessoas jurídicas de direito público. 3.Suscitação à unanimidade rejeitada, declarando como competente o juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública, para processar e julgar o feito referenciado. (TJ-PE - CJ: 207474220088170001 PE 0008979-54.2010.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 11/11/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 210) (original sem os grifos)

PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ADVINDO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SUPOSTA CONEXÃO COM AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO EM TRÂMITE PERANTE VARA PRIVATIVA DA FAZENDA PÚBLICA. A CONEXÃO É FATO JURÍDICO PROCESSUAL QUE PRODUZ O EFEITO DE MODIFICAR APENAS A COMPETÊNCIA RELATIVA, NÃO SE CONFERINDO A ELA O CONDÃO DE PRORROGAR A COMPETÊNCIA ABSOLUTA. A COMPETÊNCIA DO JUÍZO FAZENDÁRIO É FIXADA EM RAZÃO DA PESSOA (COMPETÊNCIA ABSOLUTA, PORTANTO), NOS TERMOS DO ART. 79, I, DO COJE. IMPOSSIBILIDADE DE REUNIÃO DOS FEITOS NO JUÍZO ESPECIALIZADO. À UNANIMIDADE DE VOTOS, JULGOU-SE IMPROCEDENTE O CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITANTE (4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PETROLINA). (TJ-PE - CC: 33328320108171130 PE 0022389-48.2011.8.17.0000, Relator: Eduardo Augusto Paura Peres, Data de Julgamento: 08/05/2012, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 91/2012) (original sem grifos)



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

228  
M

A propósito, Fredie Didier Jr. leciona que: *"o principal exemplo de competência em razão da pessoa é o da vara privativa da Fazenda Pública, criada para processar e julgar causas que envolvam entes públicos"*<sup>2</sup>.

3. Na espécie dos autos, a demanda foi proposta por Maria Ivanete Silva Marinho em face do Quinto Tabelionato de Notas da Capital – Cartório Arnaldo Maciel.

4. Pois bem. O cartório extrajudicial não detém personalidade jurídica e nem mesmo judiciária, representam apenas o local físico onde é exercida, em caráter privado, a função pública delegada (atividade notarial ou registral).

Nesse sentido, veja-se o seguinte precedente do c. Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECONHECIMENTO DE FIRMA MEDIANTE ASSINATURA FALSIFICADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. OFÍCIO DE NOTAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA E JUDICIÁRIA (...)

2. Os cartórios ou serventias não possuem legitimidade para figurar no pólo passivo de demanda indenizatória, pois são desprovidos de personalidade jurídica e judiciária, representando, apenas, o espaço físico onde é exercida a função pública delegada consistente na atividade notarial ou registral.

(...)

5. Recurso especial provido. (REsp 1177372/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/02/2012). (original sem os grifos)

Por oportuno, colha-se ainda a ensinância de Maria Darlene Braga Araújo:

Sabe-se que é muito comum no meio jurídico o equivocado questionamento acerca da natureza jurídica do "cartório", o qual não chega sequer a configurar-se como pessoa, pois não é pessoa jurídica e sim um ente fictício (fictio iuris). Assim sendo, o ente fictício, "Cartório" não possui personalidade jurídica, sequer atípica, razão pela qual o titular responde pessoalmente por todos os atos jurídicos decorrentes da atividade registral (...) "<sup>3</sup> (original sem os grifos)

Nesse talante, figurando na ação, de um lado, Pessoa Física e, de outro, Cartório Extrajudicial, não há que se falar na existência de Pessoa Jurídica de Direito Público ou mesmo Empresa Pública apta atribuir a competência à Vara da Fazenda Pública para o julgamento do feito.

<sup>2</sup> DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1, 12ª Edição, 2010, p. 138.

<sup>3</sup> Maria Darlene Braga Araújo, Registro de Imóveis - Estudos de Direito Registral Imobiliário - XXVII Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil - Vitória/2000, IRIB, Sérgio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2002, pág. 316 e 317.





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

4. De outra parte, a teor do art. 78 do Código de Organização Judiciária Estadual, as Varas Cíveis têm competência subsidiária, residual. Observe:

Art. 78 - Compete ao Juízo de Vara Cível processar e julgar as ações de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas.

5. Nessa contextura, afastada a competência da Vara Especializada, deve a ação ser processada e julgada na Vara Cível comum, *in casu*, o Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife.

6. Posto isso, ante o exposto, VOTO no sentido de julgar improcedente o Conflito Negativo de Competência, de sorte a declarar a competência do Suscitante, o Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Recife, para processar e julgar o feito.

Comunique-se o Juízo Suscitado desta decisão, por ofício.

Remetam-se os autos ao Juízo Suscitante, nos termos do art. 122, parágrafo único, do CPC.

É como voto.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

*Jorge Américo P. de Lira*  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator

229  
M